



Questões ambientais no Brasil Imperial: Estudo de caso a partir do olhar da elite político-administrativa do RN.¹

Adriana Carla de Azevedo Borba
Docente do DAU/UFPE

ST-06: Cidade, história e identidade cultural

Resumo. Este artigo compreende fragmentos da tese intitulada “Da promessa à realidade: A Cidade Potiguar do Século XIX a partir do olhar da elite”. Tem como principal objetivo apreender a percepção da elite político-administrativa sobre a cidade potiguar ao longo do século XIX. Em outras palavras, esta pesquisa traz como questão central, balizadora da investigação, “de que forma a elite político-administrativa do RN percebia a cidade potiguar ao longo do século XIX, e como ela imaginava que a cidade deveria ser”, com ênfase para a percepção dos Presidentes de Província. Tal percepção se expressava principalmente nos Relatórios que os Presidentes, apresentavam no final de cada ano de mandato, primeiramente ao Conselho Geral da Província, e, a partir de 1834, à Assembleia Legislativa Provincial. Entrelaçando aspectos político-administrativos, socioeconômicos, e físico-espaciais, o estudo desta percepção envolve dois momentos distintos, que se articulam: um momento de apreensão da cidade; e um segundo momento, concomitante ou posterior ao primeiro, de intervenção na cidade. De natureza qualitativa e histórica, a investigação se fundamentou metodologicamente em pesquisas bibliográfica e documental, e de instrumentais como a análise do conteúdo e análise de discurso.

Palavras-chave: Século XIX; Presidente de Província; Cidade potiguar; Questões ambientais.

Tradução do título em inglês

Abstract. This article includes fragments of the thesis entitled “From the promise to reality: The Potiguar City of the 19th Century from the perspective of the elite”. Its main objective is to apprehend the perception of the political-administrative elite about the Potiguar city throughout the 19th century. In other words, this research brings as a central question, guiding the investigation, “how the political-administrative elite of RN perceived the Potiguar city throughout the 19th century, and how it imagined that the city should be”, with emphasis on the perception of Province Presidents. This perception was expressed mainly in the Reports that the Presidents presented at the end of each year in office, first to the General Council of the Province, and, from 1834 onwards, to the Provincial Legislative Assembly. Interweaving political-administrative, socioeconomic, and physical-spatial aspects, the study of this perception involves two distinct moments, which are articulated: a moment of apprehension of the city; and a second moment, concomitantly or after the first, of intervention in the city. Of a qualitative and historical nature, the investigation was methodologically based on bibliographical and documentary research, and on instruments such as content analysis and discourse analysis.

Key words: XIX century; Province President; Potiguar city; Environmental issues.

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Tradução do título em espanhol

Resumen. Este artículo incluye fragmentos de la tesis titulada “De la promesa a la realidad: La Ciudad Potiguar del siglo XIX desde la perspectiva de la élite”. Su principal objetivo es aprehender la percepción de la élite político-administrativa sobre la ciudad de Potiguar a lo largo del siglo XIX. En otras palabras, esta investigación trae como pregunta central, orientando la investigación, “cómo la élite político-administrativa de RN percibía la ciudad de Potiguar a lo largo del siglo XIX, y cómo imaginaba que debía ser la ciudad”, con énfasis en la percepción de Presidentes de Provincia. Esta percepción se expresó principalmente en los Informes que los Presidentes presentaban al final de cada año de mandato, primero al Consejo General de la Provincia y, a partir de 1834, a la Asamblea Legislativa Provincial. Entrelazando aspectos político-administrativos, socioeconómicos y físico-espaciales, el estudio de esta percepción involucra dos momentos distintos, que se articulan: un momento de aprehensión de la ciudad; y un segundo momento, concomitante o posterior al primero, de intervención en la ciudad. De carácter cualitativo e histórico, la investigación se basó metodológicamente en la investigación bibliográfica y documental, y en instrumentos como el análisis de contenido y el análisis del discurso.

Palabras clave: siglo XIX; Presidente de la Provincia; ciudad de Potiguar; Cuestiones ambientales.

Introdução

Neste trabalho, os Relatórios dos Presidentes de província tomam posição central e a proposta foi analisá-los compreendendo e interpretando os diversos discursos produzidos, tendo como principal objetivo identificar a compreensão que a elite política tinha sobre a cidade potiguar. Cabe destacar que pretendemos dar ênfase aos discursos dos Presidentes de Província (1822-1889), muito embora “outras elites” também são contempladas.

A compreensão da cidade sob a perspectiva da percepção da elite político - administrativa se manifesta segundo três categorias de análise: 1) político-administrativo; 2) socioeconômico; e 3) físico-espacial. Evidentemente, os três eixos são muito amplos. Contudo, são necessários pois o estudo da cidade envolve necessariamente um enfoque multidisciplinar; e os Relatórios não permitem uma descrição aprofundada da terceira categoria. Portanto, se ficasse limitada a esta visão puramente física, além de incompleta, poderia incorrer em sérias limitações metodológicas.

A separação em três categorias é um recurso meramente didático, vez que elas estão imbricadas. A análise procura produzir as intercessões entre as categorias, possibilitando um quadro mais completo dessa percepção. Para o caso específico deste artigo, evidenciamos, dentro dos três viéses analisados, aqueles que apresentam uma maior repercussão ambiental. Temos como objetivo geral: Apreender a percepção que a elite político-administrativa atuante no RN tinha sobre a cidade potiguar no período estabelecido, considerando questões com reflexos ambientais. Objetivos específicos: Identificar como era a cidade potiguar a partir da descrição e crítica da elite político-administrativa (apreensão da cidade); Identificar como a cidade potiguar deveria ser a partir das propostas de melhoria desta elite (intervenção na cidade).

2. Métodos, técnicas e instrumentos de pesquisa

O estudo utiliza o método histórico, pois se propôs a levantar acontecimentos históricos, e a concepção de determinada classe social sobre a cidade. No tocante aos instrumentos analíticos, usamos pesquisas bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica levou em conta, além de material específico sobre a cidade potiguar, aspectos do contexto nacional. Sobre as fontes primárias, são essencialmente os documentos oficiais produzidos pelos Presidentes de Província, assim como outros produzidos por técnicos de alto escalão do governo. Além dos Presidentes de Província, compunham esta elite os membros dos poderes legislativos municipal e provincial (Posturas Municipais) e do poder jurídico, Chefes de Polícia, Delegados, Subdelegados, Médico

do Partido Público, Inspetor de Saúde, Comissário Vacinador Provincial, Inspetor de Obras Públicas, Engenheiro da província, etc.

Porém, a ênfase maior foi dada aos Relatórios dos Presidentes de Província, vez que são os que expressam mais diretamente a percepção que esse grupo tinha sobre a cidade potiguar, e incluem muitas vezes outros membros dessa elite. Visto que os Presidentes desenvolviam os Relatórios baseados em uma gama de informações, das várias dimensões sociais, econômicas, físico-espaciais e político administrativa, as sínteses e propostas elencadas por eles nos pareceram a fonte de dados mais completa. A pesquisa se pautou fundamentalmente no discurso; foi a palavra, o fio condutor principal de reflexões. É através do discurso que a elite político-administrativa se expressa para defender pontos de vista em relação à cidade, angariando partidários – ou não.

3. Fontes primárias e secundárias, estado da arte

No que tange às fontes primárias registramos as contribuições do “Projeto Resgate”, do “Projeto de Imagens de Publicações Oficiais Brasileiras” do Center for Research Libraries e Latin American Microform Project e das Bases/ Grupos de Pesquisa intituladas “História da Cidade, do Território e do Urbanismo” (HCUrb) e “Morfologia e Usos da Arquitetura” (MUsA) – estas duas últimas, dentro do Programa de Pós-graduação de Arquitetura e Urbanismo (PPGAU) da UFRN.

A respeito das fontes secundárias, podemos enumerar referências tanto de produções clássicas, como pesquisas mais recentes. Em linhas gerais, as referências estudadas compreendem: Clássicos de estudos urbanos; História do Brasil; História do Nordeste; História do RN; Viajantes do século XIX; História de cidades do RN e Metodologia científica. No tocante à pesquisa histórica sobre a cidade potiguar, ela ainda é pouco expressiva no RN: à exceção de alguns trabalhos clássicos (Manoel da Nóbrega, Nestor Lima, Câmara Cascudo, Tavares de Lyra, Rocha Pombo e mais recentemente Olavo Medeiros), que trataram de temas diversos, mas que lançaram luz sobre a cidade, a maior parte da produção historiográfica recente encontra-se vinculada aos Programas de Pós Graduação da UFRN, portanto, tal produção recebeu maior atenção. Abrimos um parêntese para mencionar a relevância de algumas das obras clássicas sobre o RN², que embora tragam poucos dados, auxiliaram na compreensão o contexto histórico e algumas lacunas encontradas nos documentos e fontes primárias estudadas.

Acerca da produção historiográfica mais atual, cabe também ressaltar que mesmo no âmbito do PPGAU/UFRN, são poucas as pesquisas direcionadas ao período anterior ao século XX. Alguns deles, embora tratem do século XIX, têm como foco principal, a busca das bases da modernidade. Considerando a produção científica dos Programas de Pós-Graduação, em alguns casos, observa-se que o recorte histórico das dissertações e teses, embora tratem de períodos anteriores ou posteriores ao recorte cronológico proposto para esta investigação, apresentam informações ou reflexões significativas para a compreensão desta pesquisa.

No que diz respeito ao século XX, encontram-se as seguintes dissertações: Farias (2008) aborda a atuação de engenheiros na produção do planejamento regional nordestino; Borba (2007) trata de um estudo da relação entre planos urbanísticos e diretores e a visão de meio ambiente; Dantas (2003) traz propostas urbanísticas de sanitarismo e planejamento de Natal de 1935 a 1969; Guedes (2006), trata da relação entre a produção algodoeira e a modernização da cidade da Paraíba de 1850 e 1924; Pinheiro (2006), contrapõe os processos históricos e a estrutura urbana

² Os principais autores desta listagem são os seguintes: AQUINO (1980); KOSTER (1978); MEDEIROS FILHO (1983; 1987; 1988; 1991; 2002); CASCUDO (1974; 1984; 1989; 2001); NONATO Da SILVA (s/d); NONATO (1973); BRITO (1979); LEMOS (1980); MARINHO (2006); SOUZA (1982); SILVA (1978); FELIPE (s/d); CORIOLANO (1988); DANTAS (1989); SANTOS (1994); BRITO (1980); WANDERLEY (1968); LYRA (2008); ROSADO (1980); MORAIS (1998); e POMBO (1921).

atual da cidade de Mossoró; Rodrigues (2006), analisa a construção da hegemonia de Natal a partir das vias de transporte, entre 1820 e 1920.

Outros estudos que trazem à tona períodos anteriores ao modernismo são encontrados no Programa de Pós Graduação de História, e serviram como fonte de dados ou em termos teórico-metodológicos: Jesus (2007); Macedo (2007); e Breda (2007). Embora se proponham a trabalhar a cidade e os processos urbanos, o fazem sob o ponto de vista do historiador. Outras pesquisas e/ou publicações importantes, desenvolvidas em outros programas de pós-graduação além dos dois citados, são Oliveira (1997), estuda Natal a partir das ações modernizadoras e da elite política e intelectual; Lima (2001), trata da consolidação do planejamento urbano de Natal no século XX; Teixeira (2009a) enfoca núcleos urbanos antigos do RN e seu processo de secularização; Moura Filha (2004), aborda a evolução urbana de João Pessoa; e Lopes (2005) trata com núcleos urbanos potiguares de origem indígena no século XVIII. O estudo da cidade potiguar particularmente no século XIX sob o olhar dos Presidentes e dos Governadores se justifica tanto porque essa fonte documental ainda precisar ser mais explorada, como também pelo século XIX corresponder ao período de estabelecimento e consolidação da cidade potiguar.

4. Aspectos conceituais

4.1 A elite político-administrativa

A leitura do termo “elite” nos remete à ideia de uma classe, mas que classe seria esta? Quais os sujeitos estão implicitamente inclusos? Para esclarecer estas questões, nos apropriamos do artigo de Gisele Leite (2011), que nos permitiu esboçar algumas considerações. Antes de adentrar nestes conceitos, julgamos pertinente trazer nossa compreensão de “classe social”; para trabalhar este conceito, nos apropriamos das reflexões de Adriano Codato e Fernando Leite (2013), que apontam quatro princípios sociológicos essenciais para a sua compreensão. O primeiro deles determina que as diferentes posições sociais devem ser pensadas em conjunto, vez que uma posição não existe sem a outra; é desta relação que surge a ideia de relações sociais ou sistema de relações sociais: a sociedade é um sistema de relações, não uma soma de posições individuais. O segundo identifica que essas posições/relações sociais formam uma estrutura, denominada “estrutura social”. Embora constituída por indivíduos, grupos, classes (os agentes sociais), tais relações ocorrem independente da “vontade” desses agentes. Estas posições embora sejam exteriores aos indivíduos, influenciam sua forma de pensar e agir.

O terceiro defende que a estrutura social comporta uma série de assimetrias e hierarquias, que fazem o espaço social ser um espaço de lutas. E o quarto, especifica que se os agentes sociais partilham da mesma posição social, devem ter algo em comum, e este constitui uma “classe”. Em síntese, ao colocar que a elite estudada pertence a uma “classe social”, dizemos que esta possui elementos em comum que mantém os agentes sociais de forma coesa, compondo esta classe; as posições que ocupam são exteriores aos indivíduos; para que esta classe exista é fundamental a existência de outras; e finalmente, ao falarmos em “estratificação social” posicionamos a elite numa classe social que detém uma situação de destaque – seja este econômico, político ou intelectual.

Em toda sociedade existe sempre uma minoria detentora do poder, a “elite”, em oposição a uma maioria que dele está privada. Dentre todas as formas de poder, são, sobretudo, os poderes econômico, ideológico e político que perfazem a diferença entre as elites e o restante da população. Para compreender este fenômeno, surgiu a teoria das elites. Partindo de uma retrospectiva histórica, Leite (2011) esboça uma síntese-conceito de “elite”; em linhas gerais, os fatores que determinam a teoria das elites são: em toda sociedade organizada as relações entre indivíduos e grupos são desiguais; a causa da desigualdade está na desigual distribuição de poder e sua concentração num grupo restrito; entre as várias formas de poder, o mais determinante é o poder político; a classe política é sempre a minoria; a dominação se pauta nos interesses comuns e sua solidariedade permite sua manutenção; um regime se diferencia do outro com base na formação das elites e sua evolução, decadência e como exercem o poder; o elemento oposto à

elite é a massa, conjunto de pessoas que não detêm o poder, ou não o têm de forma relevante. São numericamente a maioria, mas não são organizados, e estão a serviço da classe dominante.

Para efeito desta pesquisa, entendemos como elite um grupo restrito de pessoas que detêm poder em contrapartida de uma maioria, que não o possui total ou parcialmente; este poder a princípio é político, mas não descartamos as formas de poder econômico e intelectual (sobretudo porque identificamos sobreposições); esta minoria se une e trabalha em cooperação a partir de um interesse comum, ainda que haja frequentemente divergências internas à própria elite; como contraponto à elite, existe a maioria da população, que se encontra a serviço ou subordinada a esta elite bem como, às vezes, a ela se opõe.

4.2 O Conceito de Percepção e Instrumentos de Análise Textual

Como a “percepção” compreende um aspecto fundamental para o desenvolvimento deste trabalho, é preciso considerá-lo com mais profundidade. Para tanto, a ideia de “percepção da elite”. Essa percepção, compreende dois momentos, que podem ser concomitantes, o da apreensão e o da intervenção, e ambos se relacionam a fatores político-administrativos, socioeconômicos e físico-espaciais sobre a cidade. A percepção (apreensão e intervenção), multifacetada e fragmentada, precisa ser ordenada de modo que possamos distingui-la objetivamente. Os Relatórios e demais documentos estudados, raramente permitem uma apreensão completa da cidade, muito menos das intervenções propostas. O nosso maior desafio nesta investigação foi, a partir destas informações pontuais, tentar construir como a elite percebia a cidade potiguar. Com o intuito de possibilitar uma leitura possível dessa percepção da elite precisamos nos valer de instrumentos que auxiliaram a aprofundar a interpretação das informações, a saber, “análise do conteúdo” e de “análise de discurso”, em sequência.

4.2.1. A análise do conteúdo

Para desenvolver o instrumental referente à “Análise de conteúdo”, trabalhamos Bardin (1977). Bardin parte de um tratamento mais quantitativo da informação; dentro de seu escopo estão: quantidade de texto utilizado para defender um argumento, quantidades de palavras por classe gramatical, quantidade de caracteres, etc. Considerando este instrumental, tratamos de quantificar (usando ferramentas de contagem de palavras e de caracteres do Microsoft Word) o “investimento” em volume de texto para determinado item do Relatório. Pontuamos na obra de Bardin, alguns elementos que têm uma relação mais aproximada com a análise de discurso; este define seu objeto de estudo como sendo um conjunto de instrumentos metodológicos que se aplicam aos “discursos”, baseados na dedução, na inferência. Como os processos de análise de conteúdo obrigam à observação de um intervalo de tempo entre a produção da mensagem e a reação interpretativa, este instrumento foi um dos mais indicados para esta pesquisa.

Bardin defende que, entre o *documento* e o *contexto histórico*, existe um processo de interpretação, um elo a ser estabelecido, definido como “inferência”. Nesta proposta o contexto histórico deve ser considerado e é peça fundamental para a compreensão do discurso. Para o caso específico desta pesquisa, é esta a postura assumida.

4.2.2. A análise do discurso

A ferramenta “análise de discurso” calcou-se na contribuição de Foucault (2010); ele defende que na pesquisa contemporânea, os problemas que norteiam as investigações não são mais a tradição e o rastro, mas sim o recorte e o limite. Questiona como se poderiam especificar os diferentes conceitos que permitem avaliar a descontinuidade e a fragmentação das informações e critérios para isolar as unidades fragmentadas. Uma etapa da pesquisa seria “a crítica do documento”. Considera como sua tarefa primordial, não interpretar o documento, não determinar se diz a

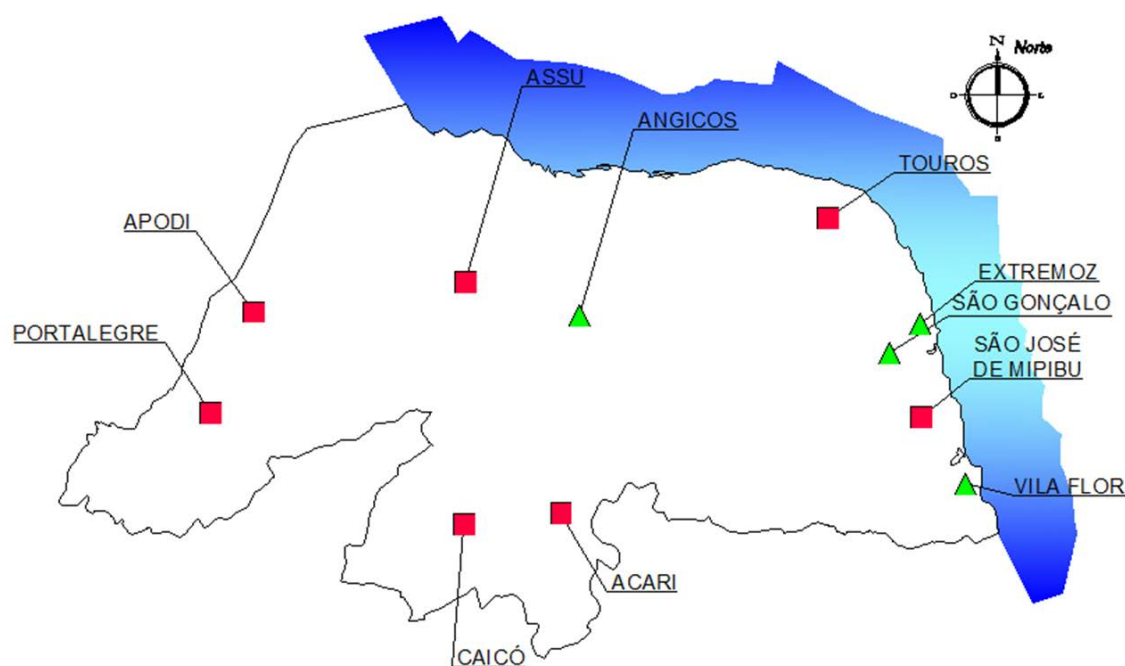
verdade, mas sim, trabalhá-lo no seu interior e (re) elaborá-lo, de modo a encontrar nas novas relações estabelecidas, outros significados, novas verdades.

Assim, a história os organiza, recorta, distribui, ordena e reparte em níveis, estabelece séries, distingue o que é pertinente do que não é, identifica elementos, define unidades, descreve relações. A análise de discurso é um campo aberto com diversas contribuições e com várias possibilidades de trabalho. Optamos por utilizar ferramentas que analisam tanto o texto em si mesmo, considerando as informações contidas no próprio fragmento analisado, mas não nos restringimos ao texto unicamente. Uma vez que nos propusemos a trabalhar com uma metodologia híbrida, que contempla análise de conteúdo e análise do discurso, percebe-se que a proposta foi analisar com profundidade a estrutura e formação dos discursos isoladamente, mas considerando também as pontes existentes entre os documentos e o contexto histórico no qual estes se inserem.

5. O crescimento dos municípios e a necessidade de regulamentação: Posturas Municipais

As Posturas de cada localidade pressupõem um conjunto de itens de intervenção, e são uma forma de como a elite local percebia a cidade, e nela queria atuar, buscando novos rumos para o crescimento. Conquanto tivessem uma estrutura jurídica relativamente definida e uma formatação de lei, as Posturas variavam conforme a localidade, e assinalava condutas diferenciadas em consonância com sua realidade. A amplitude e áreas de atuação das Posturas são bastante vastas: versam desde conduta dos cidadãos, uso dos bens urbanos, regulamentação dos padrões de higiene e salubridade das áreas públicas e construções, dentre outros. Para compreendermos como tais Posturas Municipais incidiram nos núcleos urbanos potiguares³, procuramos identificar os municípios então existentes (Figura 1), onde as posturas foram produzidas⁴

FIGURA 1 - Mapa das localidades com Posturas Municipais do RN (1822 a 1845) *



Fonte: autoria própria. Instituto de Defesa do Meio Ambiente do Rio Grande do Norte, **LEGENDA:** Coordenadoria do Meio Ambiente, Subcoordenadoria de Gerenciamento Costeiro.

³ É importante pontuar que as determinações das Posturas Municipais incidiam tanto na sede municipal com nas suas povoações e distritos, ou seja, até mesmo as pequenas localidades subordinadas a uma vila ou cidade, precisavam atender às prerrogativas da legislação do município no qual se localizavam.

⁴ As posturas municipais aqui analisadas são aquelas que foram passíveis de ser manuseadas, obtidas junto ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.

Disponível

http://www.idema.rn.gov.br/contentproducao/aplicacao/idema/socio_economicos/arquivos/anuario2009/mapas/Politico_Administrativo_2007.png, em abril de 2013.

em:  POVOAÇÃO
 VILA
 CIDADE

* Base em cartografia atual do estado do RN

Mais explicitamente ligadas à forma urbana, observamos nas Posturas a preocupação com “alinhamento, limpeza, iluminação, desobstrução, manutenção e reparação das ruas, cais, muralhas, fontes, prisões e outras construções para o benefício dos habitantes, para o decoro e ‘ornamento’ das povoações” (TEIXEIRA, 2009b, p. 269), itens que revelam a atenção à adequada funcionalidade da aglomeração urbana, e um cuidado especial com questões de ordem estética.

O fato de várias Câmaras Municipais produzirem este instrumento jurídico dá a dimensão de quanto o governo vai se tornando mais presente junto às localidades, mesmo as mais longínquas. Paralelamente ao crescimento do número de municípios, percebe-se também um crescimento paulatino do interesse da elite em exercer um domínio mais efetivo nas novas vilas e povoações. Conforme as relações urbanas tornam-se mais complexas, estes instrumentos ordenadores ficam mais detalhados, procurando dar conta dos novos problemas.

6. Fontes públicas, mananciais aquíferos e limpeza pública – 1822 a 1845

Quando se fala em “Fontes” quase invariavelmente trata-se de duas, ambas localizadas em Natal, capital da província (Figura 2 – Infraestruturas existentes entre 1822 – 1845 - Fonte d’água): a primeira é a Fonte da Cruz da Bica, continuamente deteriorada; a respeito da construção deste equipamento, ocorrida no governo do capitão-mor Lopo Joaquim de Almeida Henriques (entre 1802 a 1806) uma ata do Senado de Natal é significativa. Teixeira, (2009), recompõe esse acontecimento:

Para combater a seca, ele [*Lopo Joaquim de Almeida Henriques*] mandou construir, em Natal, um curso d’água cristalina, cercado de muros, erigidos com pedra e cal. Mandou construir também uma “grande cava” que, retendo a água através dos muros, formavam “um grande lago”. Esse reservatório servia para banhos, assim como para distribuir água por quatro canalizações, produzindo dessa forma “um leque profundo, soberbo, magnífico”. Era a fonte chamada “do baldo”, localizada ao sul da cidade, onde os habitantes se abasteciam d’ água. (TEIXEIRA, 2009a, p. 243).

E a outra fonte d’água mencionada, era a Cacimba São Thomé, que, assim como a Fonte da Cruz da Bica, continuamente encontrava-se danificada.

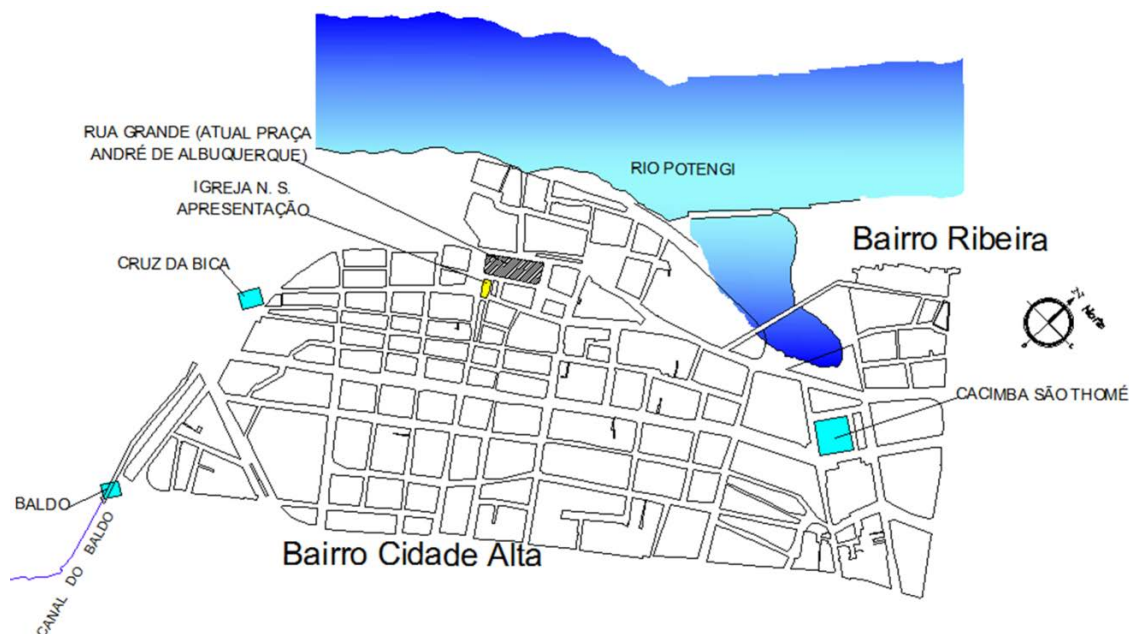
Quer seja pelas dificuldades em viajar pela Província averiguando sua situação (pela precária situação das estradas), seja pela necessidade maior de fixação do Presidente de Província na capital, seja pelas resumidas verbas para empreender estas visitas pelo RN, ou ainda pelos recursos de infraestrutura se fixarem somente na capital (uma vez que não havia recursos suficientes para outras localidades) o fato é que a “Infraestrutura” citada nos Relatórios deste período todas se referem quase sempre a Natal.

Ao longo de todo este primeiro recorte histórico, as Fontes d’água da capital aparecem deterioradas e carecendo de reparos; todos os Presidentes destinaram verbas para o conserto da Fonte Pública de água da Bica em Natal, que, contudo, após o período de chuvas, todo ano era encontrada pelo Presidente subsequente em ruínas. Em 1845, o Presidente Casimiro José de Moraes Sarmiento, na tentativa de sanar de vez este problema propõe um investimento generoso, corroborado por Engenheiro habilitado, e que, uma vez executada a obra, sugere que a água seja vendida à população (por barril), revertendo o valor para os cofres públicos cobrindo as suas custas, até sanar a dívida.

A questão do abastecimento de água e o cuidado com a proteção e criação de mananciais também foi item de reflexão das Câmaras Municipais, identificada nas Posturas Municipais. Nestas,

observamos que tratam em linhas gerais da preocupação com manutenção dos mananciais hidráulicos existentes (por exemplo, estimulando a plantação de árvores e multando o corte destas nas marginais de rios e olhos d'água, obrigando os plantadores e criadores a disponibilizarem seus olhos d' água para o sustento da localidade, impedindo que se cause obstrução no acesso aos mananciais de água e a obrigatoriedade de abertura de novos poços ou açudes, quando identificado um crescimento expressivo do rebanho de criação, em especial do *vaccum*), bem como com o cuidado em evitar sua contaminação pelos fins mais diversos (pelo lançamento de lixo e resíduos variados, de animais mortos, de entulho, proibição de lavagem de roupas e de animais, ou trabalhar com curtume de couros, assim como vetando o uso do tingui no caso das pescarias).

FIGURA 2 – Infraestruturas existentes entre 1822 – 1845 - Fontes d'água*



Fonte: autoria própria, a partir de base cartográfica da prefeitura municipal do Natal. Disponível em: http://www.natal.rn.gov.br/semurb/paginas/file/mapas_fotos/natal_geral.zip, em julho de 2014. Localização das fontes de água em Teixeira, 2009a, p. 521.

LEGENDA:

■ FONTE DE ÁGUA

* Base em cartografia atual da cidade de Natal-RN

Para exemplificar estas preocupações com os mananciais aquíferos, extraímos das Posturas Municipais de Portalegre de 1839, os artigos 22 e 29 que tratam do plantio de árvores nas proximidades dos olhos d'água e da proteção às marginais de fontes d' água, cujo conteúdo, é expresso a seguir:

Artigo 22. Os Fiscais desta Villa e mais das Povoações no município do mesmo determinarão aos moradores a plantação de cajueiros, cajazeiras, gameleiras, trapiás, pitombeiras, nas proximidades dos olhos d'agoas da Bica, e em toda a baixa de suas nascenças, no sitio do Brejo até atravessar a estrada, que segue para o Martins; no Simao Diaz; Gruta do Fonseca; Jenipapeiro e mais adjacências, que fornêção agoa para sustentação do Povo: sob pena dous mil reis de multa aos contraventores. [...]

Artigo 29. Fica proibido o corte de quasquer madeiras das margens das fontes da Bica, Brejo, Simão Dias, Gruta de Fonseca, e outras existentes, até a distância de duzentas braças de cumprimento, e quarenta de largura, sob pena de dez mil reis de multa e na mesma pena incorrerão os que nessa distância fizerem roçados ou roçagens para qualquer fim. (POSTURAS Municipais de Portalegre de 5 de Setembro de 1839).

Os artigos acima ilustram a preocupação na manutenção do entorno dos mananciais de água, estimulando o plantio de determinadas espécies de árvores mais resistentes ao clima sertanejo, e penalizando de forma mais severa os que as removem, fragilizando o reabastecimento destas fontes de águas naturais. Embora vejamos este item presente em várias Posturas Municipais, identificamos um reforço maior nas localidades situadas no interior do RN, onde a água é um bem valioso e escasso, sobretudo nos períodos de secas (Portalegre, Angicos, Caicó e Assu, muito embora Apodi possivelmente estivesse na mesma situação). Nestas regiões mais afastadas do litoral, observa-se uma maior quantidade de artigos relacionando-se com o resguardo dos mananciais e um maior detalhamento nas proibições de agentes poluentes, tanto para o abastecimento humano como as águas para sustento das criações e plantação.

Aos artigos relativos à Construção, seguem os que se relacionam com a Limpeza. Esta Limpeza concentra-se nas frentes das casas (as quais devem ser limpas uma vez ao ano – nos casos de Extremoz, Caicó e Touros, ou duas vezes ao ano, em Vila Flor), e não se permite o lançamento de entulhos, lixos ou material de construção, exceto mediante licença da Câmara. Além das frentes das casas, algumas Posturas Municipais mencionam preocupações com os quintais das casas, dos quais se deveriam retirar os entulhos que pudessem ofender ou prejudicar a saúde pública; inclusive, nas Posturas Municipais de Touros de 4 de Novembro de 1839 e de 20 de Setembro de 1842, chegam a solicitar a derrubada de todos os coqueiros que se acharem nos quintais das casas edificadas dentro da vila (não esclarecendo os malefícios; possivelmente, consonância com algumas recomendações médicas relativas à teoria dos miasmas).

Em relação à questão dos Animais e agricultura, um item específico tem muita relação com a limpeza das edificações: a proibição de criar animais soltos nas vilas e povoações. Os artigos seguem justificando penalidades de multa para os donos que deixarem animais soltos (porcos, cães, cabras e ovelhas) a partir das dezoito horas, e se estes vierem a “emporcalhar” as frentes das edificações públicas; considerando que esta situação é identificada recorrentemente nas Posturas Municipais, constatamos que era uma realidade bem comum no período, nos fornecendo um quadro muito precário da manutenção das edificações urbanas. Numa situação em que a limpeza era tão difícil de ser mantida, pela conjuntura fundamentalmente rural em que estas cidades se encontravam, as preocupações com estética evidentemente ficavam em segundo plano e as de higiene acabavam tendo maior importância.

Em todo caso, o foco principal das limpezas urbanas neste momento não eram tanto os seus edifícios, mas sim, ruas e estradas públicas. As dimensões que se exigiam ser limpas variavam a partir de 3,3 metros⁵ de largura (Posturas Municipais de Touros de 20 de Setembro de 1842), 4,4 metros para estradas públicas e 2,2 metros para as particulares (Posturas Municipais de Extremoz de 6 de Novembro de 1837 e Posturas Municipais de Vila Flor de 27 de Outubro de 1836), 6,6 metros (Posturas Municipais de Assu de 6 de Novembro de 1838) a 22 metros (Posturas Municipais de Angicos de 12 de Julho de 1837), mas em sua maioria, as Posturas Municipais apenas solicitam que fosse feita a limpeza. Esta limpeza ficava a cargo dos proprietários ou inquilinos, mas estes também poderiam ser convocados para a limpeza de áreas públicas.

Numa realidade ainda tão atrelada ao meio rural, a atuação da Câmara Municipal potiguar no quesito edificação dizia muito mais respeito à limpeza urbana, não de edificações, mas de caminhos e estradas, que por sua vez possibilitavam a mobilidade e comunicação, num período em que as estradas eram tão raras quanto precariamente concebidas, e, portanto, demandavam uma manutenção constante. Esta maior preocupação com a manutenção de estradas e caminhos tem relação direta com a comunicação interprovincial, mas seus reflexos eram desastrosos para a economia, para as finanças e, nos que interessa de modo mais direto, para as aglomerações

⁵ Embora o sistema de medição da época utilizasse unidades como palmo (equivalia 0,22 metros) e braça (que correspondente a 2,2 metros), adotamos o sistema métrico para facilitar a compreensão das dimensões especificadas no período estudado.

urbanas. Sem uma eficaz rede de transporte, o RN constantemente perdia sua produção para as províncias limítrofes, para as quais a tributação se evadia, e isso também dificulta o desenvolvimento comercial das aglomerações, o que em grande parte explica a sua precariedade.

7. Secas, enchentes, epidemias e saúde pública – 1845 a 1889

A segunda metade do século XIX, no RN, foi marcada por calamidades de ordem climática e de saúde pública: uma sucessão de secas, que atingiam com maior intensidade as localidades do interior da província (destruindo rebanhos e plantações), seguidas por enchentes na região litorânea (igualmente assolando plantações, submersas em grandes volumes de água nos vales do Capió e Ceará Mirim). Estas calamidades climáticas, em muitos casos, tinham repercussão também na saúde pública: a população, fragilizada pela desidratação e desnutrição, obrigada a percorrer longas distâncias em busca dos socorros públicos, ficava mais suscetível às doenças, que numa combinação mortífera, levou a óbito milhares de pessoas.

Mas nem sempre a calamidade climática respondeu, neste período, pelos elevados índices de mortalidade. Epidemias como a varíola, bexigas, febre amarela, febres intermitentes e a cólera morbos, tornam o médico indispensável, impulsionam a instalação e expansão de edificações para atendimento de saúde pública, além de trazer o debate da vacinação (ou da sua aversão pela população) para o centro das ações sanitárias. Esta questão também vai se refletir na higiene de matadouros e debates sobre o cemitério (localização e manutenção), assim como pântanos e coqueirais, que serão alvo de intervenção.

7.1 Calamidades climáticas: secas e enchentes

Ao longo do século XIX, aconteceu um total de nove períodos de secas no RN, de acordo com Santos (1994, p. 79 – 80), nos anos: 1808, 1814, 1825, 1833, 1845, 1877 a 1879, 1888 a 1889, 1898 e 1900. Pelas condições climáticas e geológicas da região, acredita-se que este problema sempre existiu, mas somente com o processo de interiorização da população, foi que se conheceu efetivamente esta situação. No período colonial, como grande parte da população se concentrava no litoral, a seca acontecia, mas não causava danos às aglomerações urbanas existentes.

De fato, as secas aparecem nos Relatórios com muito mais frequência do que as enchentes, ocasionando malefícios de grandes proporções; encontramos referências a estas nos anos de 1846, 1847, 1848, 1849, 1850, 1853, 1855, 1856, 1858, 1862, 1867, 1870, 1876, 1877, 1878, 1880, 1883 e 1886. Esta quantidade tão significativa de menções nos dá a dimensão da magnitude dos danos da seca, que embora ocorresse num período limitado, tinha repercussões negativas que podiam perdurar por anos a mais. Constatamos que quase durante a metade do tempo analisado, o RN esteve ou sob o efeito das secas, ou em processo de recuperação.

Além disto, a dificuldade de transporte e acesso, e também de comunicação, fazia com que o estado de calamidade pública, demorasse a ser conhecido pela capital. Assim como os socorros públicos, demoravam a chegar, e com o atraso, o que aumentava a quantidade de vítimas. Já em 1846, o presidente Casimiro Jose de Moraes Sarmiento registra esta problemática das condições das estradas. No mesmo documento, o Presidente Sarmiento reconhece as dificuldades no repasse de socorros públicos para algumas localidades do RN, se defende de acusações de que estaria retendo gêneros alimentícios e ainda explicita seus esforços no sentido de atenuar o problema da falta de alimentos. Embora o Presidente não deixe claro neste Relatório quais razões o impediram de enviar socorros para certas localidades, parte desta dificuldade deve ser referente ao transporte de tais gêneros. Possivelmente não deve ter havido falta de socorros, pois veio farinha tanto do Rio de Janeiro como do Recife.

O racionamento de gêneros alimentícios acontecia também da região litorânea, que remetia parte de sua produção para o interior. Como explica Monteiro (2007, p. 112) as crises de fome e carestia

de gêneros alimentícios de primeira necessidade, faziam parte da sociedade potiguar, que era “estruturada a partir da grande propriedade rural voltada para a exportação, onde a agricultura de subsistência era uma atividade secundária [...] as fazendas eram autossuficientes em termos de culturas alimentares [...]”; em assim sendo, quem cultivaria os alimentos necessários ao restante da população da província, tais como aqueles que se ocupavam dos serviços urbanos em povoados, vilas e cidades, em especial nestes períodos de crise alimentícia?

Outro aspecto relevante é que, uma vez que os socorros públicos se concentravam nas capitais, era para Natal e imediações que seguiam os refugiados da seca, ocasionando uma concentração populacional nociva para as localidades, sem infraestrutura para receber este contingente populacional excessivo, gerando uma centralização humana caótica. No ano seguinte, de 1847, ainda o Presidente Sarmiento aponta a seca como sendo o principal problema que impedia o crescimento da Província (corroborado também pelos Presidentes Benvenuto Augusto de Magalhães Taques, em 1849, por Antonio Francisco Pereira de Carvalho, em 1853, por Antonio Bernardo de Passos, em 1856, Trajano Leocardio de Medeiros Murta, em 1862, Luiz Barbosa da Silva, 1867 e outros tantos), demonstrando que o problema era, não só recorrente, como eram do conhecimento dos Presidentes.

Dada a esta recorrência, identificamos os esforços dos Presidentes em apontar propostas de intervenção para tentar minimizar sua ação; destacam-se as propostas dos Presidentes Casimiro Jose de Moraes Sarmiento (1847), Benvenuto Augusto de Magalhães Taques (1849) e Trajano Leocardio de Medeiros Murta (1862). Em julho de 1846, o Governo Imperial havia solicitado ao Presidente de Província medidas que ajudassem a prevenir os males ocasionados pela seca. Ao que o Presidente Sarmiento, no ano seguinte, responde, relacionando seis medidas importantes, quais sejam:

1º, empregando-se os convenientes meios afim de que a parte do povo, que he inerte e preguiçosa, se tornasse trabalhadora e industriosa; 2º, tomando-se medidas próprias á augmentar os poderes productivos do trabalho, que na actualidade he estéril, tanto porque em geral he exercido sem intelligencia, como porque aqui ainda não são conhecidas, e nem usadas as mais simples machinas; 3ª, abrindo-se estradas que pondo todos os pontos da provincia em communição uns com os outros, os habilitem para mutuamente se socorrerem em caso de necessidade, e não aconteça o que succedeu á Maioridade, Portalegre, Apodí, Pao-dos-Ferros, Acary e outros pontos, que soffreram todos os rigores da fome por não ser possível transportar-lhes mantimentos; 4º, vedando-se não só a destruição das poucas mattas que restam e que diariamente vão sendo assoladas, mas promovendo-se a plantação de arvores nos lugares próprios, pois he sabido que as florestas, os bosques, sobre conservarem a humidade da terra, desafiam e provocam as chuvas; 5ª, mandando-se construir açudes, cystemas, poços batidos, ou abrir artesianos nos lugares que carecem de corrente, como o Principe, Acary, Maioridade, etc, etc; 6ª, mandando-se desobstruir as barras dos rios Ceará-mirim, Camoropim, Maxaranguape e outros, e fazendo-se os melhoramentos de que he susceptivel o porto desta cidade, afim de que a navegação se tornasse facil e desempeçada, e podesse florescer o commercio. Ainda hoje são as medidas, que em minha opinião acho mais asadas para minorar os males da sêcca. (SARMENTO,1846).

Identificamos na apreensão do Presidente, um conjunto bastante amplo de ações, em várias áreas, que teriam repercussão na questão das secas. Desde a melhoria da agricultura com o implemento de máquinas, o aumento das áreas agricultáveis, a mobilização de mão de obra (o que potencializaria a produção de alimentos), passando por obras de infraestrutura como a construção de estradas (para permitir o ágil escoamento de socorros, e aqui Sarmiento retoma as localidades que não puderam ser atendidas no ano anterior e explicita que a falta de estrada foi a causa do não repasse) a desobstrução de rios (para permitir sua navegabilidade e assim, criação de outras opções de transporte) a construção de açudes e reservatórios de água em geral, e

finalmente, a proteção de mananciais aquíferos e florestas, constantemente devastados para dar lugar à agricultura e pecuária.

Os demais Relatórios apenas complementam ou reforçam um ou outro aspecto. Em linhas gerais, as propostas envolviam a construção de açudes e reservatórios nos sertões, a utilização das terras férteis nos vales do agreste (para produção de excedentes que suprissem os períodos de carestia), o tratamento de alguns rios para aumentar a área agricultável, a fundação de estabelecimentos agrícolas mais sólidos, assim como a proteção de mananciais aquíferos, florestas e campinas em geral. Contudo é importante abrir um parêntese para a ocorrida entre os anos de 1877 e 1879, quando a calamidade toma proporção efetivamente significativa, com consequências quase apocalípticas, e mudam a maneira como o problema é apreendido ou detectado e como são propostas novas estratégias de intervenção para reduzir seus efeitos, tendo em vista mitigar futuras catástrofes desta magnitude.

Observamos neste período de dois anos, ações distintas do governo potiguar. No início desta grande seca, de acordo com Cascudo (1984, p. 184), o Presidente José Nicolau Tolentino de Carvalho, acabou promovendo a desorganização da província fazendo migrar a população flagelada em direção ao litoral, de modo que Natal e demais cidades litorâneas, rapidamente, começaram a sofrer com o despreparo para receber os retirantes, se tornando carecedoras de tudo, além do problema de saúde pública, decorrente da concentração de focos de peste.

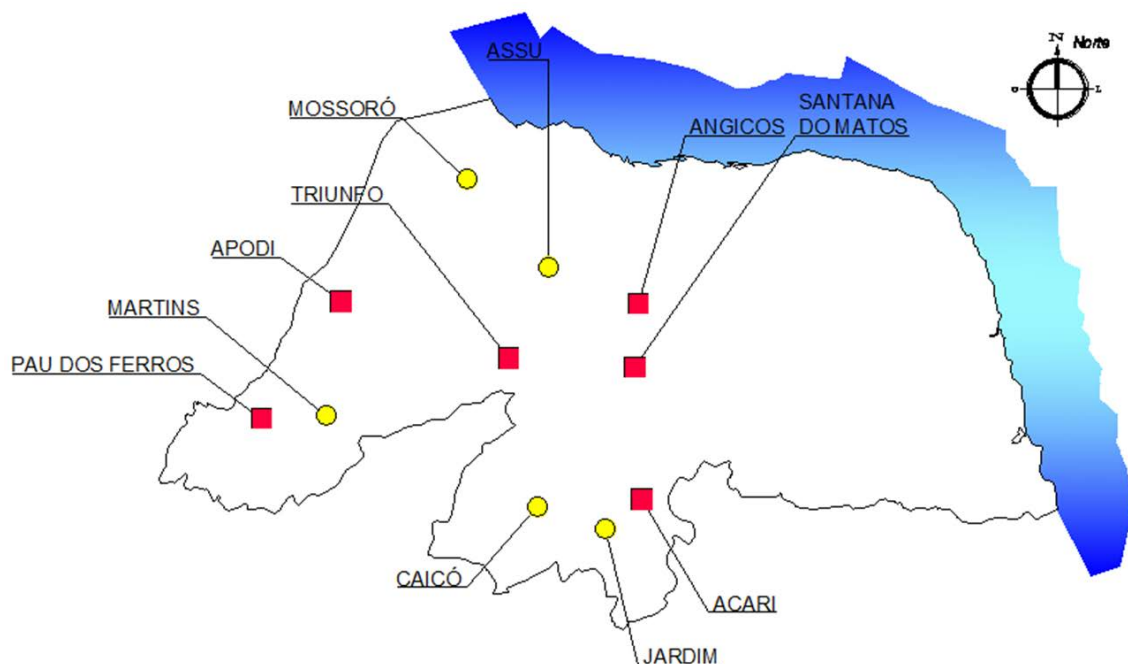
No início desta seca, os recursos vinham para a capital, suas proximidades e localidades mais estruturadas no sertão (como era o caso de Mossoró), impulsionando os flagelados a se deslocarem. Com a persistência desta seca, esta migração e a mortalidade vinham crescendo de forma alarmante, como ilustra Vingt un Rosado in Medeiros (1973, p. 108) “[nos últimos meses de 1877] em Mossoró o obituário acusa uma diária de 30 a 40 pessoas [...]”. Muitos famintos, em desespero, acabaram se dirigindo àquela cidade, ocasionando um verdadeiro genocídio. A continuidade desta situação, ainda no ano seguinte, em 1878, piora ainda mais o quadro, levando o Presidente Manoel Januário Bezerra Montenegro a acionar o Exmo. Ministro do Império, para o qual escreve solicitando auxílio urgente:

Todas as povoações, muitas villas e algumas cidades do interior desta provincia estão quase inteiramente abandonadas, por causa da horrorosa sêcca, que vai para trez annos tem assolado. Os abastados tem ficado pobres e estes já morreram ou estão para isto. Todos os dias recebo communações, que me compungem. [...] De Mossoró [...] o receptáculo maior das diversas torrentes de miseráveis, [...], contem uma população nunca inferior á 80 mil almas. [...] 20 mil pelo menos são velhos, crianças, e inválidos de todas as idades, que habitam, por assim dizer, no campo, nus e famintos, quais múmias [...] Além disso existem diversos estabelecimentos de caridade, taes como hospitaes e cases de orphãos que (calcula se conterem para mais de 4 a 5 mil doentes e orphãos na maior parte maltrapilhos e famintos), fóra o resto da população, que, estando robusta, não pode todavia deixar de ser soccorrida por algum tempo, desde que não tem meios de atravessar os sertões, para procurar o agreste [...] O commercio ou antes alguns negociantes já resolveram não abrir mais seus estabelecimentos nos dias de distribuição e muitas familias já tem suas portas fechadas, há muito tempo. A cada momento se espera um assalto aos estabelecimentos particulares, correndo boatos horríveis á tal respeito. [...] Telegraphei ultimamente ao Exm. Ministro do Imperio, expondo quanto á urgente providenciar em beneficcio de tantos infelizes [...] (MONTENEGRO, 1878).

Quando em 1879, o Presidente Rodrigo Lobato Marcondes Machado visitou Mossoró, verificou que a calamidade permanecia e resistia ainda de forma intensa. As despesas com a assistência aos retirantes já chegavam a 6.217:264\$227 (Santos, 1994, p.80), e os principais municípios afetados, situavam-se no sertão: Pau dos Ferros, Apodi, Imperatriz (Martins), Triunfo (Augusto

Severo, ex – Campo Grande), Assu, Santana do Matos, Angicos, Príncipe (Caicó), Jardim e Acari (ver a FIGURA 3 – Localidades mais afetadas pela seca de 1877 a 1879 no RN).

FIGURA 3 – Localidades mais afetadas pela seca de 1877 a 1879 no RN*



Fonte: autoria própria, a partir de base cartográfica da SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS – SEMARH. Programa Estadual de Recursos Hídricos. Coordenadoria de Infraestrutura - COINFRA. Disponível em: http://www.idema.rn.gov.br/contentproducao/aplicacao/idema/socio_economicos/arquivos/Anuario-CDROM%202010/mapas/Bacias_Hidrograficas_2010.png, em setembro de 2013.

LEGENDA:

- ▲ POVOAÇÃO
- VILA
- CIDADE

* Base em cartografia atual do estado do RN

Era fundamental que as estratégias para lidar com esta seca fossem revistas, porque o que estava sendo feito até o momento não parecia surtir efeitos positivos. Uma das mudanças foi a decisão de enviar os socorros aos centros assolados e fixar os retirantes nas proximidades, evitando seu deslocamento em massa para os principais polos de recebimento dos socorros públicos, as cidades de Areia Branca, Mossoró e Macau, assim como zona do Agreste e Litoral. Além disto, um maior racionamento da produção de gêneros nas regiões menos afetadas, visto que a situação se deteriorava rapidamente, em especial em Mossoró, que arrebanhava retirantes não só do sertão do RN, como também da Paraíba.

Com esta nova formatação de distribuição de socorros, o problema passou a ser tratado mais incisivamente nos pontos mais críticos. Mas esta não foi a única modificação identificada nas intervenções para minimizar os efeitos da seca: era preciso além de distribuir os socorros pelo sertão, dar ocupação e meios de sustento ao crescente número de retirantes que chegavam ao litoral, sobrecarregando a infraestrutura de Natal e redondezas. Assim, o Presidente Machado fundou a colônia “Bom Jesus dos Navegantes”, na região de Pitimbu e Cajupiranga, que chegou a reunir 3.600 pessoas, e segundo Cascudo (1984, p.184-185) plantou meio milhão de covas de mandiocas e legumes. Outra iniciativa neste sentido foi encabeçada pelo padre Antônio Xavier de Paiva que fundou em Vera Cruz, outra colônia, com aproximadamente 600 retirantes. Aproveitando a farta mão de obra, o Presidente empregou estes retirantes numa série de obras, tais como a abertura de estradas, construção de açudes e desobstrução dos rios em Pitimbu e Cajupiranga.

A seca de 1877 a 1879 modificou a distribuição demográfica da província, esvaziando muitas localidades sertanejas, inflando as litorâneas, e o resultado desta migração se fez notar muito expressivamente na cidade potiguar. Enquanto no sertão, apareciam as cidades “fantasmas”,

abandonadas, na zona agreste a profusão de mão-de-obra, aliada aos socorros públicos (que serviu, indevidamente, como salário dos trabalhadores-retirantes) impulsionou a construção de diversas obras que estavam paralisadas por falta de recursos, acelerando o tão almejado processo de modernização (e civilização) de Natal. Indiretamente auxiliados pelo governo imperial, a elite potiguar viu na seca uma oportunidade ímpar, o excedente populacional em penúria, oferecendo sua força produtiva por valores bem abaixo das indicadas nos orçamentos oficiais. Em Mossoró, um exemplo foi a construção da Casa de Câmara e Cadeia, concluída em 1880, feita com a mão-de-obra de retirantes da seca.

Em síntese, paradoxalmente, a cidade potiguar – em especial no litoral – muito ganhou com esta seca. Se por um lado as secas parecem ter, uma relação com a possibilidade de melhorias urbanas na cidade, através das várias obras em que se utilizou a mão-de-obra dos flagelados, também empregada no campo, as enchentes, por sua vez, também impactaram a economia da província, porém sem permitir um uso direto desta mesma mão-de-obra.

Com relação às enchentes, são mencionadas nos anos de 1866, 1867, 1876 e 1878. Na primeira referência, o Presidente Meira informa ter adiado a Exposição Provincial por causa das dificuldades de trânsito em virtude do rigoroso inverno. Nas demais informações sobre enchentes, observamos uma relação mais direta com a questão econômica, ou seja, os Presidentes apontando as intensas chuvas de inverno como a principal causa de inundação e destruição das plantações de cana-de-açúcar e de algodão, trazendo diversos prejuízos aos agricultores, e, por conseguinte, à província, como a atesta o Presidente Luiz Barbosa da Silva, no ano de 1867.

No geral, os problemas climáticos ocasionados pelas enchentes, aparecem de forma mais resumida nos Relatórios, o que nos permite inferir que não somente as enchentes eram menos frequentes, mas também as repercussões das secas, foram mais intensas e provocaram muito mais impacto na cidade potiguar.

7.2 Calamidades na saúde pública: epidemias

Além de catástrofes de ordem climática, entre 1846 a 1889, o RN conheceu uma série de catástrofes na saúde pública, com surtos de epidemias. Estas epidemias, em alguns casos, vieram associadas às catástrofes climáticas (secas ou enchentes), às crises de falta de alimentos. Doenças como a varíola, bexigas, cólera, febre amarela e febres em geral, passaram a acontecer com frequência no RN.

O tema de maior recorrência nos Relatórios do período, ao tratar da saúde pública, diz respeito à vacinação, mencionada nos Relatórios dos anos de 1846, 1847, 1848, 1849, 1851, 1852, 1853, 1859, 1860, 1861, 1862, 1863, 1866, 1870, 1871, 1872, 1874, 1876, 1878, 1882 e 1883, ou seja, em 51,16% dos documentos analisados neste período. No geral ao tratar deste tema, a principal apreensão dos Presidentes era a aversão da população contra a vacinação; criticavam também a sua ação muito pontual e irregular; a ineficácia do pus vacínico (com muita frequência vinha da corte já sem validade); a dificuldade em propagar a vacina (por causa de sua ineficácia e do método ainda muito atrasado de variolização) e finalmente a falta de pessoal capacitado.

Em 1878, o Presidente Manoel Januário Bezerra Montenegro, preocupado com a grande mortalidade ocasionada pela seca e pelas epidemias, constatando a ojeriza que a população tinha da vacina, além de práticas prejudiciais que aconteciam pelo sertão do RN, chega a sugerir que seria interessante, de alguma maneira, obrigar o cidadão a se vacinar.

Segundo Medeiros (1973, p. 110), entre 1847 e 1849 a bexiga gerou muita mortalidade, sendo que em Natal e localidades próximas, o obituário foi mais que 300 pessoas por ano. Em 1859, o Presidente Antonio Marcellino Nunes Gonçalves informa que foram sepultados, em decorrência de epidemia de varíola, 160 pessoas no cemitério público de Natal, sendo mais da metade composta de crianças de até 7 anos de idade. No período de 1860-61, outra recorrência obrigou

a contratação de dois médicos. Em 1882, as bexigas apavoraram, implicando na construção de abrigos para variolosos e, em Natal, do Lazareto da Piedade. No ano seguinte, o Presidente Francisco de Gouveia Cunha Barreto relata que os moradores de Natal, com medo, diziam que os mortos na capital eram mais de 500, quando, na realidade, foram 269 óbitos, o que na apreensão do Presidente era, ainda assim, um número muito considerável. De acordo com os Relatórios do período, as cidades atacadas pelas bexigas e varíolas, de 1846 a 1883 foram as seguintes (por ordem de frequência nos documentos): Natal (10 ocorrências); São José de Mipibu (5 vezes); São Gonçalo do Amarante e Extremoz (4 vezes); Arez, Papari e Ceará Mirim (3 vezes); Macau, São Miguel, Pau dos Ferros, Imperatriz, Acari, Macaíba, Nova Cruz, Jardim e Mossoró (2 vezes); e Luiz Gomes, Patu, Vera Cruz, Angicos, Espírito Santo, Genipabu, Flores, Canguaretama, Areia Branca, Muriú e Apodi (1 vez).

As décadas de 1850 e 1860 foram marcadas também pela ação do Cólera Morbus. Segundo Cascudo (1984, p. 177), quando a epidemia atingiu a província, havia apenas um médico e uma botica, “mas o Presidente Passos defendeu-se maravilhosamente [...], fundando o Hospital de Caridade, construindo o Cemitério [*do Alecrim*], abrindo ruas, reunindo feiras populares, afastando a exploração da fome pelos negociantes desalmados, comprando víveres, mobilizando todos os recursos”. Ainda de acordo com Cascudo, levou a óbito 2.500 pessoas, enquanto Medeiros (1973, p. 111) apresenta um dado de 2.600 mortos até 1858, sendo 300 só em Natal. Entre 1862 e 1863, novamente acontecem epidemias de cólera.

Dada a amplitude do problema destas epidemias, identificamos também nos Relatórios, tanto as reflexões dos Presidentes de fatores de apreensão que estariam ocasionando tais epidemias (corroborados por profissionais da saúde), como estratégias de intervenção para minimizar e erradicar a disseminação destas doenças. Apreensão e intervenção na saúde pública puderam ser pontuadas nos Relatórios de 1847, 1850, 1861, 1863, 1867, 1870, 1972, 1878, 1880 e 1882. Em 1847, o Presidente Casimiro Jose de Moraes Sarmiento aponta quatro pontos para tornar a capital mais saudável, que seriam a remoção do matadouro público para fora da cidade, o fim da prática de enterramentos de cadáveres em igrejas, o aterro do pântano da campina da ribeira, e a remoção ou redução do coqueiral que circunda a Ribeira.

No ano de 1861, o Presidente José Bento da Cunha Figueiredo Junior propõe para o bem da salubridade pública, uma maior fiscalização dos açougues e seus utensílios, sobretudo em seu asseio. Em 1867 o Presidente Luiz Barbosa da Silva reforça a existência dos terrenos alagadiços nas vizinhanças de Natal, e propõe como intervenção que estes “fossem aterrados e aproveitados para construção e recreios publicos. Nenhuma outra localidade da capital se prestaria melhor a isso, nenhuma seria tao aprazivel como esses sitios actualmente tao funestos”. No ano de 1872, o Presidente Henrique Pereira de Lucena se preocupa com o cemitério de Natal, cujas dimensões diminutas para a quantidade de sepultamentos, já pressionava a abertura de sepulturas de coléricos antes do período adequado “em praso inferior ao que a sciencia aconselha, ou abrirem-se antes de dous annos, contra o que dispõe o regulamento, as outras sepulturas”, fazendo correr risco de contaminação pelas doenças ali incubadas.

Explicações relativas aos focos de doenças e medidas sanitárias, para reverter o quadro da saúde pública, são bem ilustradas no Relatório do Presidente Manoel Januário Bezerra Montenegro, em 1878. Em pleno curso da grande seca, Montenegro via claramente em Natal as repercussões negativas desta catástrofe, as práticas indevidas da população para piorar o mau estado sanitário, mas também identificou oportunidades para revertê-la, numa solução relativamente simples, mas que resolveu vários problemas simultaneamente, conforme a citação a seguir:

Ora, é certo que as febres miasmática, [...] dependem do miasma palustre, exalação dos pântanos, logo é destituído de fundamento o falso supposto que leva muito gente a attribuir a situação do cemitério a causa destas febres. [...] No bairro da Ribeira, além do canto há um descampado, onde o oceano se espraia sobre plantas rasteiras, capim, algas, ficando ali as águas estagnadas. [...] A Ribeira tinha as ruas cobertas de

hervanços, e havia lugares, em que a aglomeração de Mattos formavam verdadeiras charnecas. [...] Este diferentes elementos são poderíssimos agentes de miasmas [...]. Entretanto parece que o bairro da Ribeira está mais abrigado, contra a influencia deletéria dos miasmas que o da Cidade Alta. É provável que isto seja devido ao efeito salutar das brisas marítimas, que as levam para longe. A Cidade Alta estava em condições idênticas á Ribeira e as ruas estavam pejudadas de lixo; nas praças mais importantes, faziam despejos a noite e defecavam durante o dia abrigados sob um docel de verdura, que por toda parte pululavam [...] Entendendo que o lixo, a imundicia e os hervanços que apodreciam nas ruas desta capital, tinham uma grande parte na produção dos accidentes, que cercavam a vida da grande parte desta população tive a lembrança de mandar proceder a limpeza desta cidade, [...] assignalado a causa dos infelizes retirantes que até então só de esmola obtinham meios de subsistência; empregados no trabalho durante o dia, a noite depois da refeição frugal e restauradora das forças, dormem tranquillos sem perturbar a ordem publica nem o socego particular. (MONTENEGRO, 1978).

Em linhas gerais, tanto as secas como as epidemias vão causar: 1) mortalidade – ou seja, a redução da população rural e urbana e a precarização do funcionamento da cidade. 2) movimento de deslocamento da população, em duas situações: I) As epidemias, que ao persistirem, causavam pânico nos saudáveis (em virtude do medo de contaminação), e poderia levar a uma fuga do lugar, o que poderia eventualmente “espalhar” a doença. Embora, não tenhamos dados estatísticos concretos que comprovem este movimento, grande parte da elite que residia em Natal, especialmente os grandes fazendeiros, muito possivelmente preferiram se evadir da cidade, por receio de contaminação, sobretudo década de 1860; II) As secas também promoveram este deslocamento da população, inclusive de outras províncias (Paraíba) para o RN, mas no sentido inverso, do sertão para o litoral.

Em outras palavras, temos uma possível movimentação, uma redistribuição populacional no RN, hipoteticamente em três fases: no sentido litoral-sertão (reflexo das epidemias na década de 1860), depois no sentido sertão-litoral (seca – 1ª parte, até 1878) e por fim no sentido litoral-sertão novamente (seca – 2ª parte, após 1879). Todas estas doenças e epidemias traziam repercussões negativas para a cidade potiguar, pois, da mesma maneira que as catástrofes climáticas, estas epidemias aumentavam os índices e mortalidade, assim como deixavam em alerta os ainda saudáveis, provocando por um lado a diminuição da população (por óbito), e por outro, o esvaziamento de cidades. Seja por uma ou outra razão, estas calamidades na saúde pública também modificaram a distribuição demográfica do Rio Grande do Norte.

8. Câmaras municipais e as posturas: disseminação e complexidade dos instrumentos de regulação sócio espacial

Do ponto de vista político, ao se aproximar de 1889, verifica-se um aumento da atuação das Câmaras Municipais regulamentando as cidades, que cresciam consideravelmente no RN. Um aspecto que chama atenção neste período é a profusão de Posturas Municipais: por exemplo, Caicó produz neste período, nada menos do que seis, entre Posturas Municipais e Posturas Adicionais.

Aqui novamente é importante ressaltar que os documentos analisados foram aqueles⁶ que puderam ser manuseados, disponíveis no Instituto Histórico Geográfico, mas sabemos que o RN

⁶ As posturas municipais analisadas por município, adicionais ou não, foram as seguintes (quando adicionais a uma postura preexistente, elas são identificadas entre parênteses): **Natal** (adicionais, de 1884, datada de 10 de maio de 1883); **Natal** (de 1858, datada de 18 de julho de 1857; e de 1885, datada de 17 de março de 1884); **Angicos** (adicional, de 1874, datada de 1 de junho de 1874); **Angicos** (de 1885, datada de 17 de julho de 1884); **Apodi** (adicional, 1866);

apresentou muito mais localidades dotadas de Posturas Municipais no final do período imperial. Isso comprova uma maior participação das Câmaras municipais e de suas respectivas Posturas na ordenação e regulamentação do espaço urbano.⁷ As Posturas Adicionais, fruto da necessidade de adaptações em função, principalmente, do crescimento urbano, é outro fator a destacar. Apenas para as localidades de Goianinha, Nísia Floresta, Caraúbas, Macau, Santana do Matos e Martins não encontramos mais de que uma Postura, por serem novos municípios (vilas) que surgiram neste segundo recorte histórico. Nas demais (Natal, Angicos, Apodi, Touros, Acari, Campo Grande, Canguaretama, Caicó, Mossoró, Ceará Mirim e Jardim de Angicos) identificamos pelo menos duas Posturas Municipais publicadas.

Enquanto no período anterior a maior preocupação registrada nas Posturas Municipais eram as relativas aos Animais e agricultura, entre 1846 e 1889, o Comércio se torna o foco principal de interesse e atuação das Câmaras Municipais. Trata-se de outro indício deste processo de transformação urbana, cujas preocupações vão aos poucos deixando de ser a realidade rural, para problemas inerentes ao meio urbano. Além do Comércio, os demais assuntos tratados, por ordem de frequência, foram: Animais e agricultura; Construção; Segurança pública; Água e Limpeza.

Em que pese a importância crescente das Posturas Municipais, no entendimento da elite, a atuação das Câmaras deixava a desejar – e muito. Em 1861 o presidente José Bento da Cunha Figueiredo Junior identifica o não cumprimento das Posturas municipais em Natal, sobretudo no tocante à manutenção da limpeza das fachadas das casas (deveriam para este fim, utilizar a mão-de-obra de baixo custo dos presos, para a retirada das “imundices” nas frentes das casas). No ano seguinte, em 1862, o Presidente Trajano Leocadio de Murta Medeiros, preocupado com os efeitos maléficos das secas que sistematicamente assolavam o sertão potiguar solicitou às: “[...] camaras municipais que no uso de suas atribuições procurem obstar a que as campinhas sejam devastadas pelo fogo e a que as arvores das margens dos rios, lagoas, e açudes sejam cortadas, assim como as que nos campos dão sombra ao gado”. (MEDEIROS, 1862).

Em se tratando especificamente da situação de Natal, o Presidente Mello Filho elenca um quadro “pouco lisonjeiro”: a sujeira das ruas, cais e praças da cidade, o estado infecto do matadouro, a falta de cuidado para com as duas fontes de água públicas (uma das quais, inclusive, usada pelos habitantes para tomar banho, o que levou o Presidente a alocar uma sentinela para impedir “este abuso”), a criação de animais soltos pela cidade (cavalos). A população era responsável por esse conjunto de adversidades, combatidas pelas Posturas da cidade, e, no entanto, a Câmara não fiscalizava, nem tampouco multava.

Triunfo – atual Campo Grande (adicionais, de 1884, datada de 28 de julho de 1883; e de 1871, datada de 27 de outubro de 1871); **Canguaretama** (adicionais, de 1877, datada de 12 de abril de 1877; e de 1874, datada de 11 de julho de 1873); **Goianinha** (adicional, de 1852, datada de 2 de dezembro de 1852); **Papari – atual Nísia Floresta –** (adicional, de 1877, datada de 29 de agosto de 1877); **Príncipe – Atual Caicó –** (de 1873, datada de 25 de outubro de 1872; de 1877, datada de 27 de outubro de 1877, sobre açougue; de 1863, datada de 31 de janeiro de 1863; de 1864, datada de 15 de outubro de 1865; de 1865; de 1858, datada de 4 de janeiro de 1858); **Touros** (de 1877, datada de 10 de novembro de 1877); **Acari** (de 1871, datada de outubro de 1871); **Caraúbas** (adicional, de 1882, datada de 7 de outubro de 1882); **Mossoró** (de 1884, datada de 10 de outubro de 1883); **Mossoró** (adicional, de 1887, datada de 20 de janeiro de 1887); **Ceará Mirim** (de 1874, datada de 14 de janeiro de 1874, sobre cemitério; e de 1884, datada de 22 de fevereiro de 1884); **Jardim – Atual Jardim de Angicos –** (de 1865, datada de 30 de novembro de 1865); **Jardim – Atual Jardim de Angicos –** (adicional, de 1887, datada de 15 de janeiro de 1887); **Macau** (de 1873, datada de 11 de julho de 1873); **Santana do Matos** (de 1871, datada de 4 de setembro de 1871); e **Imperatriz – Atual Martins –** (de 1865, datada de 1 de setembro de 1871).

⁷ É importante ressaltar que foi muito comum, neste período, a produção de cópias de Posturas (eram repassadas às Câmaras Municipais somente copiadas), e até mesmo a distribuição de formulários padronizados para auxiliar na produção de Posturas (nos quais se deveria somente completar com alguns dados, sendo o documento quase que integralmente um texto já pronto). Muito embora estas facilidades tenham ocorrido, voltamos a enfatizar que, comparado ao período anteriormente estudado – 1822 a 1845 – quando nem este tipo de documentação o RN possuía, este período de 1846 a 1889 representou avanços, mesmo com as limitações apontadas.

A última referência deste período acerca da atuação da Câmara traz uma situação mais positiva: em 1878, o presidente Manoel Januário Bezerra Montenegro promoveu uma limpeza geral de Natal, empregando a mão de obra dos retirantes da seca, o que em seu entendimento, contribuiu muito para a melhoria das condições sanitárias da capital. E deixou incumbida a Câmara Municipal para zelar pela manutenção desta situação, velando pela “limpeza, formoseamento e saneamento de seu município”, sendo praticamente a única referência em que se depositou confiança na atuação de uma Câmara potiguar para promover a melhoria de seu município.

Há uma evidente contradição entre a afirmação de uma maior atuação das câmaras municipais no período aqui analisado, por um lado, e as críticas dos Presidentes contra a apatia de sua atuação, por outro. Contudo, há diversas explicações para isso: os Presidentes vinham de outros lugares (e, portanto, tinham outras referências); por terem mandatos de normalmente apenas um ano, a urgência da ação dos Presidentes, num período de administração tão curto, não lhes proporcionava provavelmente a possibilidade de rever e analisar historicamente a atuação das câmaras. Em outras palavras, era preciso relativizar as suas críticas. Isso explica por que as Câmaras Municipais – em nosso entendimento agora mais atuantes – são avaliadas tão negativamente. Outra possibilidade para explicar esta visão negativa, pode ser visualizada aplicando instrumentos de análise de discurso: é comum, como estratégia de “barganha”, pintar um quadro muito mais precário do que a realidade, para angariar assim mais recursos, adesão, trabalhos, etc – e pode ter sido a estratégia utilizada pelos Presidentes para tentar mobilizar ainda mais a atenção das Câmaras para solucionar os novos problemas da cidade potiguar, que agora, se encontrava em franco processo de crescimento.

9. Considerações finais

Na busca por resgatar estes tantos olhares, que apreenderam e intervieram na cidade potiguar, ao longo de nosso percurso investigativo, elencamos tanto as maiorias como pinçamos as exceções, acreditando que cada documento revelava uma dimensão de nosso objeto, auxiliando no remonte desta “colcha de retalhos” que era a cidade potiguar, a partir do olhar da elite político administrativa no século XIX.

Grande parte do trabalho de análise foi identificar estes fragmentos de informações e remontá-lo, como um quebra-cabeça, buscando rebatimentos de uma dimensão na outra, procurando a confirmação ou negação de uma determinada informação com outra. O confronto de dados se deu, tanto comparando um dado com relatos anteriores ao documento estudado, como com documentos posteriores, assim como com outros estudos sobre o tema, a partir dos quais, tentamos compreender como se deu a evolução da cidade potiguar sob as vertentes socioeconômicas, político-administrativas e físico-espaciais analisadas, sempre a partir de um olhar, específico, o da elite político-administrativa do Rio Grande do Norte no século XIX.

Temos no período entre 1822 a 1845, uma situação mais precária, em praticamente todas as dimensões analisadas, na qual a maior parte das intervenções se relacionava mais com situações de subsistência, de garantir condições básicas, como o abastecimento de água, comunicação, precariedade de prédios (públicos ou particulares), etc. Todas estas dificuldades, se deviam em grande parte às parcas finanças do RN. Nesse período, a cidade praticamente desaparece, sendo raras as informações que nos pudessem visualizar com maior precisão os seus contornos, e nas questões ambientais, parece ser o abastecimento de água e a manutenção/limpeza de estradas os principais destaques. Contudo, ao longo deste mesmo período e principalmente no seguinte, de 1846 a 1889, com a materialização de obras de equipamentos públicos e infraestruturas, a consolidação urbana da cidade pode ser percebida com maior nitidez. Identificamos um maior volume de verbas alocadas para reparos e reformas, que permitia a pulverização dos poucos recursos em outras obras pensadas ou realizadas. A existência de médicos e espaços de tratamento, davam à população a esperança de cura; a construção de infraestruturas e melhoramentos nas áreas de produção agrícola favorece aos agricultores, aumentando as áreas

passíveis de plantio, o que impulsionava a economia, gerava recursos para serem empregados em outras melhorias e assim, os esforços empreendidos consolidam a construção da cidade potiguar, de maneira desigual, mas trazendo benefícios à população. O avanço do povoamento do território, fez-se conhecer o problema da seca, que associado às epidemias, tornaram a questão ambiental bastante complexa – a água, mas também as produções agropecuárias, a limpeza pública, gestão de cemitérios e mercados, precisaram passar por revisões sistemáticas, considerando os novos desafios climáticos e de saúde que se apresentaram.

Referências

1. ACARI. Câmara Municipal. **Posturas**1871.
2. ANGICO. Câmara Municipal. **Posturas**1837.
3. ANGICOS. Câmara Municipal. **Posturas**1866.
4. ANGICOS. Câmara Municipal. **Posturas** 1874.
5. APODI. Câmara Municipal. **Posturas**1874.
6. AQUINO, Aécio Villar de. **Nordeste, século XIX**. João Pessoa: Editora Universitária, 1980.
7. ASSU. Câmara Municipal. **Posturas**1838.
8. BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
9. BARRETO, Francisco de Gouveia Cunha. Presidente da Província do Rio Grande do Norte. **Falla** com que o excelentíssimo senhor Dr. Francisco de Gouveia Cunha Barreto, Presidente da Província, abriu em 9 de fevereiro de 1883 a segunda sessão ordinária da Assembléa Legislativa Provincial do Rio Grande do Norte. Pernambuco Typographia de Manoel Figueiro de Faria & Filhos, 1883.
10. BERTOLETTI, Esther Caldas. **Projeto Resgate “Barão do Rio Branco”**: Recuperação de fontes manuscritas do período colonial. Acesso em maio de 2001, através do site: <http://cidoc.mediahost.org/archive/cidoc2002/comunicacoes/htm/conferencias/conferencias/bertoletti.html>
11. BIBLIOTECA NACIONAL. Documentos diversos.
12. BORBA, Adriana Carla de Azevedo. **Meio ambiente e planejamento: a relação cidade-natureza nos Planos Urbanísticos da cidade de Natal no século XX**. Dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo. UFRN: Natal, 2007.
13. BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.
14. BRASIL. **Constituição (1924)**. Constituição Política do Imperio do Brazil (de 25 de março de 1824). Registrada na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio do Brazil a fls. 17 do Liv. 4º de Leis, Alvarás e Cartas Imperiaes. Rio de Janeiro em 22 de Abril de 1824. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Acesso em julho de 2013, através do site http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm
15. BREDA, Daniel Oliveira. **Vicus Judæorum: os judeus e o espaço urbano no Recife neerlandês**. Dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós Graduação em História. UFRN: Natal, 2007.
16. CAICÓ. Câmara Municipal. **Posturas**1863.
17. CAMPO GRANDE. Câmara Municipal. **Posturas**1871.
18. CANGUARETAMA. Câmara Municipal. **Posturas**1873.
19. CANGUARETAMA. Câmara Municipal. **Posturas**1874.
20. CANGUARETAMA. Câmara Municipal. **Posturas**1877.
21. CANGUARETAMA. Câmara Municipal. **Posturas** 1884.
22. CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem: a elite política imperial; Teatro de Sombras: a política imperial**. 2 ed. Ver. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Relume-Dumará, 1996.

23. CARVALHO, Antonio Francisco Pereira de. Presidente da Provincia do Rio Grande do Norte. **Falla** dirigida à Assembléa Legislativa Provincial do Rio Grande do Norte na sessão ordinaria que teve lugar no dia 17 de fevereiro anno de 1853, pelo Ilmo. e Exm, Sr. Presidente da Provincia o Dr. Antonio Francisco Pereira de Carvalho. Pernambuco: Typographia de M. F. de Farla, 1853.
24. CARVALHO, José Nicolau Tolentino de. Presidente da Provincia do Rio Grande do Norte. **Fala** com que o Exm. Sr. Doutor José Nicolau Tolentino de Carvalho abriu a 2ª sessão da 21ª legislatura da Assembléa Provincial do Rio Grande do Norte em 18 de outubro de 1877. Pernambuco, Typ. de M. Figueiroa de Faria & Filhos, 1877.
25. CASCUDO, Luís da Câmara. **História do Rio Grande do Norte**. Natal: Instituto Histórico e Geográfico, 1974.
26. CASCUDO, Luís da Câmara. **O livro das velhas figuras**. Natal/ Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.
27. CASCUDO, Luis da Câmara. **Governo do Rio Grande do Norte**. Mossoró: ESAM, 1989.
28. CEARÁ MIRIM. Câmara Municipal. **Posturas**1863.
29. CEARÁ MIRIM. Câmara Municipal. **Posturas**1874.
30. CODATO, Adriano e LEITE, Fernando. Uma introdução ao conceito de classe social. Acesso em agosto de 2013 através do site:
<http://adrianocodato.blogspot.com.br/2009/05/uma-introducao-ao-conceito-de-classe.html>
31. CODATO, Adriano e LEITE, Fernando. **Uma introdução ao conceito de classe social**. Acesso em agosto de 2013 através do site:
<http://adrianocodato.blogspot.com.br/2009/05/uma-introducao-ao-conceito-de-classe.html>
32. CUNHA, José Joaquim da. Presidente da Provincia do Rio Grande do Norte. **Falla** dirigida a Assembleia Legislativa Provincial do Rio Grande do Norte. Na sessão ordinária do anno de 1851 pelo illustrissimo Presidente da Provincia o Doutor José Joaquim da Cunha. Pernambuco, na Typografia de M. F. de Faria, 1851.
33. CUNHA, Silvino Elvidio Carneiro da. Presidente da Provincia do Rio Grande do Norte. **Relatorio** apresentado á Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte pelo Exm. Sr. Doutor Silvino Elvidio Carneiro da Cunha em 5 de outubro de 1870. Recife, Typographia do Jornal do Recife. Rua do Imperador, n. 77, 1870.
34. DANTAS, Ana Caroline de Carvalho Lopes. **Sanitarismo e planejamento urbano: a trajetória das propostas urbanísticas para Natal entre 1935 e 1969**. Dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo. UFRN: Natal, 2007.
35. EXTREMOZ. Câmara Municipal. **Posturas**1837.
36. FARIAS, Hélio Takashi Maciel de. **Contra as Secas: a engenharia e as origens de um planejamento regional no nordeste brasileiro**. Dissertação de mestrado defendida do Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo. UFRN: Natal, 2008.
37. FIGUEIREDO JUNIOR, José Bento da Cunha. Presidente da Provincia do Rio Grande do Norte. **Relatório** que o Exm. Sr. Dr. José Bento da Cunha Figueiredo Junior Presidente da Provincia do Rio Grande do Norte apresentou a respectiva Assembleia Legislativa Provincial, na sessão ordinaria de 1861. Ouro Preto, Typographia Provincial, 1862.
38. FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. L'Ordre du discours, Leçon inaugurale au Collège de France prononcée le 2 décembre 1970, Editions Gallimard, Paris, 1971. Trad. de Edmundo Cordeiro e António Bento. Acesso ao site
http://www.4shared.com/get/16387629/9ad41093/Michel_Foucault_-_A_ordem_do_d.html
em abril de 2010.
39. FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense - Universitária, 1987. Acesso ao site
http://www.4shared.com/get/100667524/34c0fe27/FOUCAULT_Michel_Arqueologia_do.html
em abril de 2010.
40. GOIANINHA. Câmara Municipal. **Posturas**1852.

41. GONÇALVES, Antonio Marcelino Nunes. Presidente da Província do Rio Grande do Norte. **Relatório** apresentado a Assembleia Legislativa Provincial do Rio Grande do Norte pelo Excelentíssimo Presidente Dr. Antonio Marcelino Nunes Gonçalves. Typografia Liberal Rio Grandense, anno 1858.
42. GUEDES, Kaline Abrantes. **O ouro branco abre caminho: o algodão e a modernização do espaço urbano da Cidade da Parahyba (1850-1924)**. Dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo. UFRN: Natal, 2006.
43. HISTÓRICO do Projeto Resgate. Acesso em maio de 2001 através do site: http://www.resgate.unb.br/resgate_index.php.
44. IMPERATRIZ (MARTINS). Câmara Municipal. **Posturas**1871.
45. JARDIM (JARDIM DE ANGICOS). Câmara Municipal. **Posturas**1865.
46. JARDIM (JARDIM DE ANGICOS). Câmara Municipal. **Posturas**1887.
47. JESUS, Mirian Silva de. **Abrindo espaços: os “paulistas” na formação da capitania do Rio Grande do Norte**. Dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós Graduação em História. UFRN: Natal, 2007.
48. LEITE, Gisele. **Teoria sobre as elites ou elitismo**. Acesso em maio de 2011 através do site: <http://br.monografias.com/trabalhos905/teoria-elites-elitismo/teoria-elites-elitismo.shtml>
49. LEMOS, Vicente de, MEDEIROS, Tarcísio. **Capitães-mores e governadores do Rio Grande do Norte**. 1701-1822. Natal: Ed. do Inst. Histórico e Geográfico do Rio G. do Norte, 1980. V.2.
50. LIMA, Pedro de. **Natal Século XX do Urbanismo ao Planejamento Urbano**. Natal: EDUFRN, 2009.
51. LOPES, Fátima Martins. **Índios, colonos e missionários na colonização da capitania do Rio Grande do Norte**. Mossoró: Fundação Vingt-un Rosado; Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, 2003.
52. LUCENA, Henrique Pereira de. Presidente da Província do Rio Grande do Norte. **Relatório** com que abriu a 1ª sessão ordinária da Assembléa Legislativa Provincial do Rio Grande do Norte o Exm. Sr. Commendador Dr. Henrique Pereira de Lucena no dia 5 de outubro de 1872. Rio de Janeiro: Typographia Americana, Rua dos Ourives n. 19, 1872.
53. LYRA, Tavares de. **História do Rio Grande do Norte**. 3 ed. Natal: EDUFRN – Editora da UFRN, 2008.
54. MACAU. Câmara Municipal. **Posturas**1873
55. MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. **Ocidentalização, territórios e populações indígenas no sertão da Capitania do Rio Grande**. Dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós Graduação em História. UFRN: Natal, 2007.
56. MACHADO, Rodrigo Lobato Marcondes. Presidente da Província do Rio Grande do Norte. **Falla** com que o Exm. Sr. Doutor Rodrigo Lobato Marcondes Machado Presidente da Província abriu a 2ª sessão da Assembleia Legislativa Provincial do Rio Grande do Norte em 27 de outubro de 1879. Typographia do Correio do Natal, Rua da Conceição, 1880.
57. MARINHO, Francisco Fernandes. **O Rio Grande do Norte sob o olhar dos bispos de Olinda: uma leitura dos relatórios das visitas “ad limina apostolorum” existentes no arquivo secreto do Vaticano e outras informações de visitas pastorais – 1679/1884**. Natal: Nordeste, 2006.
58. MEDEIROS FILHO, Olavo de. **Caicó, cem anos atrás**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1988.
59. MEDEIROS FILHO, Olavo de. **Terra natalense**. Natal: Fundação José Augusto, 1991.
60. MEDEIROS FILHO, Olavo de. **Velhos inventários do Seridó**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1983.
61. MEDEIROS FILHO, João; FARIA, Oswaldo Lamartine de. **Seridó – Séc. XIX (Fazendas e Livros)**. Rio de Janeiro: Fomape Editora, 1987.

62. MEDEIROS, Tarcísio. **Aspectos geopolíticos e antropológicos da História do Rio Grande do Norte**. Natal: Imprensa Universitária, 1973.
63. MEIRA, Olintho José. Presidente da Província do Rio Grande do Norte. **Relatório** apresentado a Assembléa Legislativa do Rio Grande do Norte em sessão ordinária do anno de 1863, pelo Presidente da Província o Exm. Snr. Dr. Olintho José Meira. Rio Grande do Norte, Typographia do Rio Grandense, 1863.
64. MEIRA, Olintho José. Presidente da Província do Rio Grande do Norte. **Relatório** apresentado a assembléa Legislativa do Rio Grande do Norte em sessão do anno de 1866, pelo Presidente da Província o Exm. Snr. Dr. Olintho José Meira, 1866.
65. MELLO FILHO, João Capistrano Bandeira de. Presidente da Província do Rio Grande do Norte. **Falla** com que o Exm. Sr. Dr. João Capistrano Bandeira de Mello Filho abriu a 1ª sessão da vigésima legislatura da Assembléa Legislativa Provincial do Rio Grande do Norte em 13 de julho de 1874. Rio de Janeiro, Typographia – Americana – Rua dos Ourives 9, 1874.
66. MONTEIRO, Denise Mattos. **Introdução à história do Rio Grande do Norte**, 3 ed. Revista e ampliada. Natal, RN: EDUFRN – Editora da UFRN, 2007.
67. MONTENEGRO. Presidente da Província do Rio Grande do Norte. **Relatório** com que instalou a Assembleia Legislativa Provincial do Rio Grande do Norte no dia 4 de dezembro de 1878 o 1º Vice-Presidente o Exm. Sr. Dr. Manoel Januário Bezerra montenegro. Pernambuco, Typ. do Jornal do Recife, 47 – Rua do Imperador – 47, 1877-1879.
68. MORAIS, Marcos Cesar Cavalcanti de. **Terras potiguares**. Natal: Dinâmica Editora, 1998.
69. MOSSORÓ. Câmara Municipal. **Posturas**1884.
70. MOSSORÓ. Câmara Municipal. **Posturas**1887.
71. MOURA FILHA, Maria Berthilde. De Filipéia à Paraíba: uma cidade na estratégia de colonização do Brasil. João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, 2010, 483p.
72. MURTA, Trajano Leocadio de Medeiros. Presidente da Província do Rio Grande do Norte. **Relatório** apresentado pelo Illm. e Exm. Sr. Tenente coronel Trajano Leocadio de Medeiros Murta, 4º vice-presidente da província, 1862.
73. NATAL. Câmara Municipal. **Posturas**1883.
74. NATAL. Câmara Municipal. **Posturas**1884.
75. NONATO, Raimundo. **Evolução urbanística de Mossoró**. Natal: Coleção Mossoroense, N.º 248., [s.d.].
76. OLIVEIRA, Giovana Paiva de. **A elite e as transformações no espaço urbano**: Natal 1889-1913. Natal, RN, 1997. 206p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
77. PAPARI (NISIA FLORESTA). Câmara Municipal. **Posturas**1873.
78. PAPARI (NISIA FLORESTA). Câmara Municipal. **Posturas**1877.
79. PASSOS, Antonio Bernardo de. Presidente da Província do Rio Grande do Norte. **Falla** que o Illm. e Exm. Snr. Doutor Antonio Bernardo de Passos, Presidente da Província do Rio Grande do Norte, dirigio a Assembléa Legislativa Provincial, no acto da abertura de sua sessão ordinária em 4 de julho de 1854. Pernambuco: Typographia de M. F. de Faria. 1854.
80. PASSOS, Antonio Bernardo de. Presidente da Província do Rio Grande do Norte. **Falla** que o Illm. e Exm. Senhor Antonio Bernardo de Passos, Presidente da Província do Rio Grande do Norte, dirigido a Assembleia Legislativa Provincial no acto da abertura de sua sessão ordinária em o 1º de julho de 1855. Pernambuco: Typographia de M. F. de Faria, 1855.
81. PINHEIRO, Karisa Lorena Carmo Barbosa. **O processo de urbanização de Mossoró**: dos processos históricos à estrutura urbana atual. Dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo. UFRN: Natal, 2006.
82. POMBO, Rocha. **História do Estado do Rio Grande do Norte**. Rio de Janeiro: Anuário do Brasil, 1921.
83. PORTALEGRE. Câmara Municipal. **Posturas** 1839.
84. PRINCIPE (CAICÓ). Câmara Municipal. **Posturas**1837.

85. PROJETO RESGATE. Acesso em maio de 2011 através do site:
http://www.dhi.uem.br/index.php?option=com_content&task=view&id=1227&Itemid=164
86. RIO GRANDE DO NORTE. Instituto de Defesa do Meio Ambiente. Coordenadoria do Meio Ambiente. Subcoordenadoria de Gerenciamento Costeiro. Disponível em:
http://www.idema.rn.gov.br/contentproducao/aplicacao/idema/socio_economicos/arquivos/anuario2009/mapas/Politico_Administrativo_2007.png, acesso em abril de 2013.
87. RODRIGUES, Wagner do Nascimento. **Dos caminhos de água aos caminhos de ferro: a construção da hegemonia de Natal através das vias de transporte (1820-1920).** Dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo. UFRN: Natal, 2006.
88. ROSADO, Vingt-Un. **Mossoró.** Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti Editores, 1980.
89. SANTANA DO MATOS. Câmara Municipal. **Posturas**1871.
90. SANTOS, Paulo Pereira dos. **Evolução econômica do Rio Grande do Norte (do século XVI ao Século XX).** Natal: Clima, 1994.
91. SÃO JOSÉ DE MIPIBU. Câmara Municipal. **Posturas** 1838.
92. SARMENTO, Casimiro Jose de Moraes. Presidente da Provincia do Rio Grande do Norte. **Discurso** pronunciado pelo excellentissimo Presidente da Provincia do Rio Grande do Norte na abertura da sessão ordinaria da quinta legislatura da Assembleia Legislativa Provincial no dia 7 de setembro de 1845. Pernambuco, na Typographia de M. F. de Faria. 1845.
93. SARMENTO, Casimiro Jose de Moraes. Presidente da Provincia do Rio Grande do Norte. **Discurso** com que o ilustrissimo e excelentissimo Senhor Dr Casimiro Jose de Moraes Sarmento Presidente desta Provincia do Rio Grande do Norte abriu a 1º sessão da 6º legislatura da Assembléa Legislativa Provincial anno de 1846, Pernambuco na Typografia de M. F. de Faria, 1846.
94. SARMENTO, Cazimiro Jozé de Moraes. Presidente da Provincia do Rio Grande do Norte – **Discurso** apresentado pelo illustrissimo e excelentissimo senhor Doutor Cazimiro Jozé de Moraes Presidente da Provincia do Rio Grande do Norte na abertura da segunda sessão da sexta legislatura da Assembleia Legislativa Provincial no dia 7 de setembro de 1847. Pernambuco na Typografia de M. F. de Faria, 1847.
95. SILVA, Janice Theodoro da. **Raízes da ideologia do planejamento nordeste 1889 a 1930.** São Paulo: Editora Ciências Humanas Ltda, 1978.
96. SILVA, Luiz Barbosa da. Presidente da Provincia do Rio Grande do Norte. **Relatório** apresentado a Assembléa Legislativa do Rio Grande do Norte na sessão ordinária do anno de 1866 pelo Presidente da Provincia o Exm. Snr. Dr. Luiz Barbosa da Silva. Rio Grande do Norte, Tip. Dous de Dezembro, 1867.
97. SOUZA, Itamar de (org.). **Caicó.** Natal: Fundação José Augusto, 1982.
98. TAQUES, Benvenuto Augusto de Magalhães. Presidente da Provincia do Rio Grande do Norte. **Falla** dirigida á Assembléa Legislativa da Provincia do Rio Grande do Norte, na instalação da sessão ordinaria no dia 3 de maio de 1849 pelo Presidente da Provincia. Pernambuco. Na Typographia de M. F. de Faria. 1849.
99. TEIXEIRA, Rubenilson Brazão. **Da cidade de Deus à cidade dos homens – a secularização do uso, da forma e da função urbana.** Natal: EDUFRN, 2009a.
100. TEIXEIRA, Rubenilson Brazão. **O estudo da cidade numa perspectiva histórica comparada: aproximações e distanciamentos da cidade potiguar.** Natal: UFRN. (Proposta de projeto para solicitação de bolsa de produtividade em pesquisa – CNPq), 2009b.
101. TOUROS. Câmara Municipal. **Posturas** 1839.
102. TOUROS. Câmara Municipal. **Posturas**1842..
103. TOUROS. Câmara Municipal. **Posturas**1877.
104. TRIUNFO (CAMPO GRANDE). Câmara Municipal. **Posturas** 1871.
105. TRIUNFO (CAMPO GRANDE). Câmara Municipal. **Posturas** 1883.

106. VILA DA PRINCESA. Câmara Municipal. **Posturas**1838.
107. VILA FLOR. Câmara Municipal. **Posturas**1836.
108. WANDERLEY, João Carlos. Presidente da Província do Rio Grande do Norte. **Relatorio** apresentado a Assembleia Legislativa Provincial do Rio Grande do Norte, pelo Exm Primeiro Vice Presidente da Província João Carlos Wanderley. No dia 3 de maio de 1850. Pernambuco, Typografia de M. F. de Faria, 1851.